

Deputados já juraram pela nova Constituição

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — Ao contrário do que é feito no início de cada legislatura, os 487 deputados que tomaram posse ontem, no plenário da Câmara, juraram guardar a Constituição a ser formulada pela Assembléia Nacional Constituinte e não a Constituição que está em vigor.

“Prometo guardar a Constituição da República a ser adotada, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Esse foi o texto do compromisso lido pelo Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, acolhido por todos os deputados e criticado por parlamentares do PC do B, PTB e PDS. Os integrantes da bancada do PT acrescentaram ao juramento formal a promessa de colocar seus mandatos “a serviço dos trabalhadores do campo e da cidade”.

Marcada para às 9h, a primeira sessão da Câmara, destinada à entrega dos diplomas, começou com 20 minutos de atraso. Desde às 7h30m já estavam no plenário os Deputados Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) e Victor Fontana (PFL-SC).

Quando Ulysses entrou no plenário, às 9h14m, encontrou animados deputados conversando em grupos. A Mesa foi composta pelos Deputados Leur Lombato (PFL-BA), Bete Mendes (PMDB-SP), Jorge Arbage (PDS-PA), Floriceno Paixão (PDT-RS) e Humberto Souto (PFL-MG). Os trabalhos foram abertos por Ulysses com todos os presentes de pé e, em seguida, Bete Mendes fez a chamada nominal dos deputados por mera formalidade, porque os diplomas ha-



Delfim se levanta para o juramento, seu primeiro ato como parlamentar

viam sido entregues anteriormente. A sessão foi então suspensa às 9h40m e às 10h05m iniciou-se o juramento dos deputados.

Muitos deputados preferiram ficar de pé, próximos à Mesa, a sentar-se nas últimas fileiras de bancadas do plenário. Ulysses fez um rápido pronunciamento, no qual manifestou a sua alegria “pelo rejuvenescimento, pela oxigenação” da Câmara com a renovação de mais de 60 por cento de seus quadros.

O Presidente da Câmara justificou o fato de ter submetido ao plenário

um juramento de fidelidade à futura Constituição e não à atual. Disse que estava apenas confirmando uma tradição das Constituintes brasileiras: em 1891, 1934 e 1946 os eleitos também juraram guardar as Constituições que seriam elaboradas e não as leis que vigoravam na época.

— E um juramento pelo futuro, pelo amanhã, por aquilo que a Nação espera — explicou Ulysses, salientando que essa forma de juramento não ameaça suspender ou arrancar a ordem constitucional vigente, o que só aconteceria se hou-

vesse votação expressa neste sentido.

O primeiro a criticar a proposta de Ulysses foi Haroldo Lima (PC do B-BA). Depois de observar que o povo espera que a Constituinte seja destacada e a Câmara rebaixada a um papel circunstancial, Haroldo Lima propôs que o juramento fosse prestado perante a Constituinte. E sugeriu o seguinte texto: “Juro como constituinte empenhar-me na elaboração da próxima Constituinte brasileira, dentro dos princípios de respeito ao povo e defesa da soberania nacional, e como deputado legislar de acordo com as normas democráticas estabelecidas pela Constituinte”. O texto do Deputado baiano foi apoiado por todos os eleitos pelo PC do B e alguns do PMDB, mas não prevaleceu.

Assim que Ulysses leu o compromisso, Bete Mendes fez a chamada nominal. Cada deputado respondeu ao ser chamado “eu prometo” ou “assim prometo”. As galerias ficaram lotadas e o juramento do ex-Ministro Delfim Netto, Deputado eleito pelo PDS paulista, foi vaiado intensamente. O Líder do PDS, Amaral Netto (RJ), discordou do texto do juramento, porque, segundo ele, jurar a Constituição futura significaria deixar de cumprir a emenda que convocou a Constituinte.

Por distração de Bete Mendes, alguns nomes não foram chamados, o que motivou protestos de muitos deputados. As 10h55m, Ulysses declarou encerrada a sessão, convocando outra para hoje, às 9h, para a eleição da Mesa.